

Termo de Referência 80/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	HUGO DELLEON MIRANDA	05/03/2024 16:19 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		50300.010991/2023-27

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de persianas com instalação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Persiana</p> <p>Tipo :Vertical</p> <p>Modelo: Blackout</p> <p>Material: Poliéster</p> <p>Cor : Bege Claro</p> <p>Largura Lâmina: 9 CM</p> <p>Abertura : Central</p> <p>Dimensões: Anexo I</p> <p>Aplicação: ambiente profissional</p> <p>Características adicionais: Com trilho de alumínio deve ser anodizado e na cor natural. A corrente de giro e a corrente de base dos pesos são de PVC. As persianas deverão ser fixadas no teto com buchas plásticas para concreto ou buchas</p>	390248	m²	592	R\$ 200,17	R\$ 118.500,64

	plásticas para gesso; ou ainda; através de cantoneiras fixadas nas esquadrias das janelas /fachadas. Incluso: Instalação.					
2	Persiana Material: Poliéster, Juta, Algodão Tipo: Vertical, Modelo Blackout Aplicação: Ambiente Profissional Abertura : Central Características Adicionais: Trilhos Em Alumínio Anodizado, Cordão De Nylon E C Largura Lâmina: 9 CM Cor : Azul Dimensões: Anexo I Incluso: Instalação.	462922	m²	64	R\$ 184,25	R\$ 11.792,00
3	Cortina Material: Fibra De Vidro E Pvc Tipo: Rolô Cor: Branca Características Adicionais: Tela Solar, Fator Abertura 3%, Acionamento Manual. Dimensões: Anexo I Incluso: Instalação	466989	m²	21	R\$ 269,99	R\$ 5.669,79
	Persiana Material: Alumínio Tipo: Horizontal Tamanho: 25 MM Aplicação: Ambiente Profissional.	216565	m²	14	R\$ 238,36	R\$ 3.337,04

GRUPO 1	4	Cor : Bege Dimensões: Anexo I Incluso: Instalação					
	5	Persiana Tipo Cortina Modelo: Com guias Laterais Cor : Branca com logo ANTAQ. Tipo: Rolô Características Adicionais: Com Blackout, Galeria. Dimensões: Anexo I Incluso: Instalação	472830	m ²	3	R\$ 310,00	R\$ 930,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses contados do(a) Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~OU~~

~~1.5. O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../....~~

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Infrações e Sanções Administrativas

1.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1 - Moratória de 5% (Cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

2 - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 1.7.1. , de 20% a 40% do valor do Contrato.

4 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 1.7.1. , de 25% a 50% do valor do Contrato.

5 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 1.6.1, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato.

6 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 1.6.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

7 -Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 1.6.1, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato.

1.7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza da infração cometida

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.7.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.2.1. PCA 2024

2.2.1.1. Classe : 7230-TAPEÇARIAS, CORTINAS E PERSIANAS

2.2.1.2. DFD 173/2023 (Aquisição de Persianas para Sede e Regionais)

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Economia de energia;

4.1.2. Economia de materiais plásticos e descartáveis;

4.1.3. Economia de água; e

4.1.4. Descartes correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentro outros semelhantes.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

Da vedação de contratação de marca ou produto

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. ...~~

~~4.3.2. ...~~

~~4.3.3. ...~~

Da exigência de amostra

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. ...~~

~~4.5.2. ...~~

~~4.5.3. ...~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço _____, no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (....):,~~

~~4.9.2. Itens (....):,~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

(supressão)

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.17. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.17.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.17.2. A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

~~4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões de se tratar aquisição de objeto de uso comum.

~~OU~~

~~4.20. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.~~

~~4.21. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.22. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.23. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

(supressão)

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo é de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias para entrega e instalação das novas persiana, prazo contado do(a) recebimento do Empenho, de comum acordo ao cronograma estabelecido posteriormente entre a empresa e o fiscal da contratação.

~~OU~~

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	-
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	-

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues e instalados nos seguintes endereços;

Item	Quantidade em m²	Local / Endereço Detalhado
1	592m²	Sede da ANTAQ; SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte. CEP: 70760-545 - Brasília - DF
2	64m²	POSTO AVANÇADO DE SANTOS (SSZ); Endereço: Rua Augusto Severo, nº 07 - 13º Andar - Centro CEP: 11010-050 - Santos-SP
3	21m²	Gerente Regional do Rio de Janeiro; Endereço: Av. Rio Branco, 135, Ed. Guinle, 14º andar – Centro CEP: 20040-912 – Rio de Janeiro – RJ
GRUPO 1	4	14m²
	5	3m²
		Unidade Regional de Fortaleza; Endereço: Praça Amigos da Marinha, s/n, Prédio Administrativo do Porto de Fortaleza - Mucuripe CEP: 60.180-422 - Fortaleza - CE

~~5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

(supressão)

Garantia, manutenção e assistência técnica

~~5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)~~

~~00~~

~~5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.~~

~~00~~

~~5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

(supressão)

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, **durante o prazo de 90 dias, para bens duráveis, conforme disposto no Código de Defesa do Consumidor**

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. A Notas de Empenho deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do serviço nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Analisar se a instalação das persianas estão sendo realizada de forma adequada.

6.9.2. Se o prazo estabelecido no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias para entrega e instalação das novas persiana e retirada das antigas.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de **15 (quinze) dias úteis.**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias úteis.**

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.24. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.25. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante = ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.26. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.26.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.26.2. (...)~~

~~7.27. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.27.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.27.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.28. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.29. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo):~~

~~7.30. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.31. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.31.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.31.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.32. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

(supressão)

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **Integral**.

8.2.1. Fornecimento dos objetos com a instalação do mesmo.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

~~8.14. **Ato de autorização para o exercício da atividade de** (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

(supressão)

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação**

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

~~8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

8.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1.1. Aquisição e instalação de Persiana Vertical.

8.31.1.2. Aquisição e instalação de Persiana Horizontal.

8.31.1.3. Aquisição e instalação de Cortina tipo Rolô.

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

8.32. A participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 140.229,47

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 140.229,47 (cento e quarenta mil e duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

~~00~~

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$....~~

~~00~~

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato~~

~~9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):~~

~~9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou~~

~~9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

(supressão)

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade

Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUGO DELLEON MIRANDA

COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS



Assinou eletronicamente em 05/03/2024 às 16:19:45.

ALEXANDRE ALVES DE SANTANA

Analista Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 5. Declaracao de pleno conhecimento das condicoes necessarias para a prestacao do servico. 2024.pdf (125.29 KB)
- Anexo II - ETP45_2023.pdf (146.42 KB)
- Anexo III - Modelo de Orcamento .pdf (123.97 KB)

**Anexo I - 5. Declaracao de pleno conhecimento das
condicoes necessarias para a prestacao do servico.
2024.pdf**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANEXO DO TR

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

NOME DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA/INSTITUIÇÃO), **DECLARAMOS** que temos ciência das condições necessárias para a prestação dos serviços nos termos do item 5 do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP e **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente os serviços com a qualidade necessária, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e de seus Anexos, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XXX/2024.

local, _____ de _____ de 2024.

Responsável pela empresa/instituição

Anexo II - ETP45_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 45/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50300.010991/2023-27

2. Descrição da necessidade

2.1.A aquisição de persianas para a ANTAQ e suas regionais é fundamentada na necessidade de atendimento aos requisitos legais, proporcionando um ambiente de trabalho adequado, garantindo a segurança das informações, preservando o patrimônio público e adotando práticas sustentáveis. A condução de um processo licitatório para a seleção do fornecedor mais adequado é essencial, assegurando transparência e competitividade na contratação.

2.1.1. A centralização da contratação de persianas para a ANTAQ e suas regionais traz consigo benefícios consideráveis, incluindo eficiência, economia de recursos, padronização e controle de qualidade, contribuindo para o bom funcionamento e a imagem institucional da agência e de suas unidades regionais.

2.2. Considerando a recente conclusão e andamento das obras de reforma no edifício sede da ANTAQ, torna-se imperativo proceder à aquisição de novas cortinas e persianas, substituindo as atuais que se encontram deterioradas após mais de 15 anos de uso, ultrapassando a vida útil média estimada de 5 a 10 anos. Este desgaste é influenciado por fatores como a incidência solar, notadamente em regiões quentes, o que ocasiona o ressecamento do tecido ou plástico, tornando-os quebradiços, bem como impacta nos componentes e lubrificantes.

2.3. Destaca-se que as atuais persianas não atendem às demandas contemporâneas da arquitetura quanto à entrada de luz natural, manutenção da transparência e controle adequado da temperatura.

2.4. Considerando o tempo significativo que os servidores e colaboradores da ANTAQ passam dentro das salas, a aquisição de novas persianas é essencial para garantir momentos de conforto e a luminosidade necessária para a execução das tarefas diárias.

2.5. Além disso, a instalação de persianas contribui diretamente para a preservação e manutenção do patrimônio público, exercendo papel fundamental na proteção de móveis, equipamentos e documentos contra os efeitos adversos da exposição direta à luz solar. Isso não apenas aumenta a vida útil desses bens, mas também reduz os custos de reposição.

2.6. A escolha criteriosa de persianas pode, ainda, orientar-se por critérios sustentáveis, promovendo a eficiência energética e a redução do consumo de recursos naturais. Essa abordagem encontra respaldo nas diretrizes governamentais voltadas para a promoção da sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CSG/GRL	Hugo Delleon Miranda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. As seguintes especificações são requisitos indispensáveis de que o objeto a ser adquirido deve dispor para atender à demanda, sendo portanto os padrões mínimos de qualidade aceito.

Item	Descrição	CATMAT	Unidade de medidas	Quantidade
1	<p>Persiana</p> <p>Tipo :Vertical</p> <p>Modelo: Blackout</p> <p>Material: Poliéster</p> <p>Cor : Bege Claro</p> <p>Largura Lâmina: 9 CM</p> <p>Abertura : Central</p> <p>Dimensões: Anexo I</p> <p>Aplicação: ambiente profissional</p> <p>Características adicionais: Com trilho de alumínio deve ser anodizado e na cor natural. A corrente de giro e a corrente de base dos pesos são de PVC. As persianas deverão ser fixadas no teto com buchas plásticas para concreto ou buchas plásticas para gesso; ou ainda; através de cantoneiras fixadas nas esquadrias das janelas/fachadas.</p> <p>Incluso: Instalação.</p>	390248	Metros Quadrados	592,00 m²
	<p>Persiana</p> <p>Material: Poliéster, Juta, Algodão</p> <p>Tipo: Vertical, Modelo Blackout</p> <p>Aplicação: Ambiente Profissional</p> <p>Abertura : Central</p>		Metros	

2		Características Adicionais: Trilhos Em Alumínio Anodizado, Cordão De Nylon E C Largura Lâmina: 9 CM Cor : Azul Dimensões: Anexo I Incluso: Instalação.	462922	Quadrados	64 m²
3		Cortina Material: Fibra De Vidro E Pvc Tipo: Rolô Cor: Branca Características Adicionais: Tela Solar, Fator Abertura 3%, Acionamento Manual. Incluso: Instalação.	466989	Metros Quadrados	21 m²
GRUPO 1	4	Persiana Material: Alumínio Tipo: Horizontal Tamanho: 25 MM Aplicação: Ambiente Profissional. Cor : Bege Incluso: Instalação.	216565	Metros Quadrados	14 m²
	5	Persiana Tipo Cortina Modelo: Com guias Laterais Cor : Branca, com logo ANTAQ. Tipo: Rolô Características Adicionais: Com Blackout, Galeria. Incluso: Instalação.	472830	Metros Quadrados	3 m²

4.2. Foi realizado um estudo com relatório para determinação das quantidades.

4.3.A empresa responsável pelo fornecimento das persianas será responsável também pela desmontagem das cortinas antigas e montagem das novas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas aquisições similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.1.1. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto.

5.2. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

5.2.1 Solução 1. Aquisição com instalação das Persianas.

5.2.1.1. Descrição: Esse tipo de solução para aquisição abrange a obtenção de persianas juntamente com os serviços de instalação providos pela empresa fornecedora do produto. Essa abordagem, que busca otimizar os recursos financeiros e acelerar o processo, já se encontra amplamente difundida no mercado e é amplamente utilizada por diversos órgãos da Administração Pública.

5.2.2. Solução 2. Aquisição sem instalação.

5.2.2.1. Descrição: Nesta solução, estamos lidando estritamente com a aquisição de persianas, sem a instalação.

5.3. Ao observar as soluções acima, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1, pois, mostra-se mais interessante, uma vez, que atende as determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho da Agência. Nesse contexto, a instalação das persianas é um critério indispensável para assegurar a efetividade dos objetivos a serem alcançados.

5.3.1. Trata-se de aquisição de material com instalação.

5.3.2. Após a análise das diversas alternativas possíveis de solução, verificou-se que a contratação de empresa para o fornecimento de persianas deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico. A adoção da modalidade do pregão eletrônico.

5.4. O valor estimativo após análise criteriosa, será a média, mediana ou menor dos valores encontrados nas pesquisas, informada no Mapa Comparativo de Preço.

5.5. A elaboração da pesquisa de mercado foi feito em acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65 DE JULHO DE 2021 a mesma faz referencia a Nova lei de Licitações 14.133.

5.5. Os parâmetros utilizados estão descritos no Artigo 5º, incisos I, III e IV da IN nº 65 DE JULHO DE 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Aquisição de materiais e instalação as descrições estão na tabela do item 4.1 do ETP.

6.1.1. As dimensões dos itens estão no Anexo I - 1. Planilha de Janelas e Dimensões. .xlsx

6.1.2. A unidade de medida a ser considerada será de metros quadrados.

6.1.3. Aquisição de persianas e instalação.

6.2. Descrição detalhada do modelo ;

6.2.1.1. Item 1 - CATMAT 390248.

6.2.1.2. Persiana, Vertical, material de tecido 100 % poliéster tipo Blackout, com finalidade de proporcionar controle de luminosidade, lâminas de 9 cm , acionamento standard, por cordas e correntes de PVC permitindo as lâminas girarem 180°, 02 correntes de alta resistência com 02 comandos cada, material do trilho: alumínio, abertura com duas laterais ou apenas lateral direita ou esquerda, acabamento com bandô revestido com o mesmo tecido da persiana. cor; Creme ou Bege.

6.2.1.3. O objeto consiste no fornecimento completo da persiana e trilho em alumínio anodizado, cordas de acionamento manual e corrente de comando em PVC, bem como a montagem da mesmas.

6.2.1.4. O trilho de alumínio prescrito deve ser submetido ao processo de anodização, adotando a tonalidade natural. Tanto a corrente de giro quanto a corrente de base dos contrapesos devem ser confeccionadas em PVC. O método de fixação das persianas no teto deverá ser efetuado mediante a utilização de buchas plásticas apropriadas para concreto ou buchas plásticas destinadas a gesso. Alternativamente, a fixação pode ser realizada por meio de cantoneiras afixadas nas esquadrias das janelas ou fachadas correspondentes.

6.2.2.1. Item 2 - CATMAT 462922.

6.2.2.2. Persiana, Vertical, material de tecido 100 % poliéster tipo Blackout, com finalidade de proporcionar controle de luminosidade, lâminas de 9 cm , acionamento standard, por cordas e correntes de PVC permitindo as lâminas girarem 180°, 02 correntes de alta resistência com 02 comandos cada, material do trilho: alumínio, abertura com duas laterais ou apenas lateral direita ou esquerda, acabamento com bandô revestido com o mesmo tecido da persiana. Cor : Azul.

6.2.2.3. O objeto consiste no fornecimento completo da persiana e trilho em alumínio anodizado, cordas de acionamento manual e corrente de comando em PVC, bem como a montagem da mesmas.

6.2.2.4. O trilho de alumínio prescrito deve ser submetido ao processo de anodização, adotando a tonalidade natural. Tanto a corrente de giro quanto a corrente de base dos contrapesos devem ser confeccionadas em PVC. O método de fixação das persianas no teto deverá ser efetuado mediante a utilização de buchas plásticas apropriadas para concreto ou buchas plásticas destinadas a gesso. Alternativamente, a fixação pode ser realizada por meio de cantoneiras afixadas nas esquadrias das janelas ou fachadas correspondentes.

6.2.3.1. Item 3 - CATMAT 466989

6.2.3.2. A cortina, no formato de Rolô, confeccionada a partir de materiais compreendendo fibra de vidro e PVC. A tela solar, com um fator de abertura de, no mínimo, 3%, apresentará coloração branca. O mecanismo de acionamento adotado será manual.

6.2.3.3. O objeto consiste no fornecimento completo da cortinas e trilho em alumínio anodizado, cordas de acionamento manual e corrente de comando em PVC, bem como a montagem da mesmas.

6.2.3.4. O trilho de alumínio prescrito deve ser submetido ao processo de anodização, adotando a tonalidade natural. Tanto a corrente de giro quanto a corrente de base dos contrapesos devem ser confeccionadas em PVC. O método de fixação das persianas no teto deverá ser efetuado mediante a utilização de buchas plásticas apropriadas para concreto ou buchas plásticas destinadas a gesso. Alternativamente, a fixação pode ser realizada por meio de cantoneiras afixadas nas esquadrias das janelas ou fachadas correspondentes.

6.2.4.1. GRUPO 1**6.2.4.2. Item 4. CATMAT 216565**

6.2.4.3. Persiana, Horizontal, material de tecido 100 % poliéster, lâminas de 25 cm , acionamento standard, por cordas e correntes de PVC permitindo as lâminas girarem 180°, 02 correntes de alta resistência com 02 comandos cada, material do trilho: alumínio, abertura com duas laterais ou apenas lateral direita ou esquerda, acabamento com bandô revestido com o mesmo tecido da persiana. Cor : creme .

6.2.4.4. O objeto consiste no fornecimento completo da persiana e trilho em alumínio anodizado, cordas de acionamento manual e corrente de comando em PVC, bem como a montagem da mesmas.

6.2.4.5. O trilho de alumínio prescrito deve ser submetido ao processo de anodização, adotando a tonalidade natural. Tanto a corrente de giro quanto a corrente de base dos contrapesos devem ser confeccionadas em PVC. O método de fixação das persianas no teto deverá ser efetuado mediante a utilização de buchas plásticas apropriadas para concreto ou buchas plásticas destinadas a gesso. Alternativamente, a fixação pode ser realizada por meio de cantoneiras afixadas nas esquadrias das janelas ou fachadas correspondentes.

6.2.5.1. Item 5 - CATMAT 472830.

6.2.5.2. A cortina, no formato de Rolô com Blackout, apresentará coloração branca. O mecanismo de acionamento adotado será manual.

6.2.5.3. O objeto consiste no fornecimento completo da cortina e trilho em alumínio anodizado, cordas de acionamento manual e corrente de comando em PVC, bem como a montagem da mesmas.

6.2.5.4. trilho de alumínio prescrito deve ser submetido ao processo de anodização, adotando a tonalidade natural. Tanto a corrente de giro quanto a corrente de base dos contrapesos devem ser confeccionadas em PVC. O método de fixação das persianas no teto deverá ser efetuado mediante a utilização de buchas plásticas apropriadas para concreto ou buchas plásticas

destinadas a gesso. Alternativamente, a fixação pode ser realizada por meio de cantoneiras afixadas nas esquadrias das janelas ou fachadas correspondentes.

6.2.6. No que concerne à variação das dimensões e metros lineares;

6.2.6.1. Será permitida a variação de até 10% nas dimensões das persianas, e, consequentemente, na metragem quadrada, conforme detalhado no Anexo I.

6.2.6.1.1. A concessão de uma margem de flexibilidade de até 10% nas dimensões e metros lineares das persianas se justifica em virtude das particularidades inerentes à medição desse tipo de elemento, em que variações mínimas podem se mostrar necessárias para assegurar a máxima eficiência e adequação às dimensões reais do ambiente. Destaca-se que o processo de aquisição em questão implica uma meticulosa avaliação de medição, considerando fatores ambientais, estruturais e de design que podem influenciar as dimensões precisas requeridas. A autorização para uma variação de 10% busca atender a potenciais discrepâncias que possam surgir durante a execução do projeto.

6.2.6.1.2. É imperativo considerar que o ambiente no qual as persianas serão instaladas pode apresentar características que impactam nas dimensões precisas necessárias. Variações estruturais, irregularidades nas superfícies e outros elementos podem requerer ajustes mínimos para assegurar um encaixe perfeito.

6.2.6.1.3. É válido ressaltar que variações podem surgir durante o processo de fabricação das persianas, mesmo com a implementação de rigorosos controles de qualidade. A concessão de uma margem de 10% visa proporcionar flexibilidade para lidar com eventuais desvios sem comprometer a funcionalidade ou estética do produto final. Além disso, ajustes nas dimensões das persianas podem se fazer necessários para otimizar a eficiência energética, garantindo que a instalação proporcione o máximo de isolamento térmico e luminoso, de acordo com as condições específicas do local.

6.2.6.1.2. Diante do cenário atual de reforma e modificações no layout, a concessão dessa variação possibilita que a aquisição atenda com eficiência às exigências dos locais de instalação. Isso assegura uma maior adaptabilidade às mudanças em curso, garantindo que as persianas possam ser integradas de maneira eficaz no contexto das transformações em andamento no ambiente.

6.3. Prazos e endereços de instalação dos materiais:

6.3.1. O prazo para execução do objeto será de no mínimo 30 dias e no máximo 60 (dias), contados do recebimento da nota de empenho.

6.3.2. Locais de Instalação;

6.3.2.1. Antes da instalação das persianas, é crucial que a empresa realize uma nova medição e análise detalhada do local de instalação. As instalações devem ser conduzidas de maneira a evitar qualquer impacto negativo no ambiente de trabalho, e a empresa contratada assume a responsabilidade pelos equipamentos necessários para a instalação das persianas.

Item	CATMAT	Quantidade em m ²	Local / Endereço Detalhado

1		390248	592	Sede da ANTAQ; SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte. CEP: 70760-545 - Brasília - DF
2		462922	64	POSTO AVANÇADO DE SANTOS (SSZ); Endereço: Rua Augusto Severo, nº 07 - 13º Andar - Centro CEP: 11010-050 - Santos-SP
3		466989	21	Gerente Regional do Rio de Janeiro; Endereço: Av. Rio Branco, 135, Ed. Guinle, 14º andar – Centro CEP: 20040-912 – Rio de Janeiro – RJ
Grupo 1	4	216565	14	Unidade Regional de Fortaleza; Endereço: Praça Amigos da Marinha, s/n, Prédio Administrativo do Porto de Fortaleza - Mucuripe CEP: 60.180-422 - Fortaleza - CE
	5	472830	3	

6.3.2.2. A instalação está programada para ocorrer em horários previamente agendados ou de acordo com o cronograma a ser estabelecido após a seleção da empresa fornecedora do item em questão. A empresa contratada será devidamente informada, em tempo hábil, sobre os locais específicos de instalação e os prazos correspondentes. Essas informações detalhadas permitirão uma execução eficaz e pontual do projeto.

6.4. A fim de garantir que os trabalhos não sejam afetados pela instalação. Para tanto, deverá ser agendado horário nos respectivos meios de comunicação;

Item 1 - E-mail csg@antaq.gov.br ou telefone (61) 2029-6880.

Item 2 - Telefone: (13) 99209-6477.

Item 3 - E-mail: urerj@antaq.gov.br ou telefone (21) 97337-3952.

Grupo 1 - E-mail: ureft@antaq.gov.br ou telefone (85) 98198-8611.

6.5. Da Participação na Licitação;

6.5.1. Poderão participar os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.5.1.1. Para os itens 2, 3 e Grupo 1, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.5.1.2. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

6.5.1.2.1. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

6.5.1.2.2. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Das quantidades da demanda necessária em M²;

7.1.1. As dimensões indicadas no Anexo I - 1. Planilha de Janelas e Dimensões (.xlsx) serão as referências primárias para a instalação. Considerando o exposto no item relacionado à variação das dimensões e metros lineares, é importante atentar para a possibilidade de ajustes conforme necessário, com uma margem de variação de até 10%, conforme estabelecido anteriormente. Esta flexibilidade visa garantir uma adaptação eficiente às características específicas do local de instalação, assegurando a integridade e a eficácia do produto final.

7.1.1.1. Item 1 - CATMAT 390248.

Local de Instalação; Sede da ANTAQ;

QUANTIDADE DA DEMANDA SEDE ANTAQ		
LOCAL	Unidade de Medida	QUANTIDADE
Térreo Auditório	m ²	63.56
Térreo	m ²	141.5
1° Andar	m ²	96.08
2° Andar	m ²	96.17
3° Andar	m ²	95.54
4° Andar	m ²	99.16
QUANTIDADE TOTAL	m²	592m²

7.1.1.2. No Item 1 às quantidades das dimensões será permitido variação de até 15% a mais, tendo em vista que às janelas podem ser alteradas com a reforma e mudança do layout impacta diretamente nas medidas.

7.1.1.2. Item 2 - CATMAT 462922.

Local de Instalação; POSTO AVANÇADO DE SANTOS (SSZ);**QUANTIDADE DA DEMANDA POSTO AVANÇADO DE SANTO**

Janelas	Unidade de Medida	QUANTIDADE
1º	m²	4.60
2º	m²	4.60
3º	m²	4.60
4º	m²	4.60
5º	m²	4.60
6º	m²	4.60
7º	m²	4.60
8º	m²	4.60
9º	m²	4.60
10º	m²	4.60
11º	m²	4.60
12º	m²	4.60
13º	m²	4.60
14º	m²	4.60
QUANTIDADE TOTAL		64 m²

7.1.1.3. Item 3 - CATMAT 466989**Local de Instalação; Gerente Regional do Rio de Janeiro;****QUANTIDADE DA DEMANDA Regional do Rio de Janeiro**

Janelas	Unidade de Medida	QUANTIDADE
1º	m²	3.38
2º	m²	3.49
3º	m²	3.49
4º	m²	3.49
5º	m²	3.67
6º	m²	3.67
QUANTIDADE TOTAL		21,00m²

7.1.1.4. GRUPO 1**Item 4 CATMAT 216565****Item 5 CATMAT 472830****Local de Instalação; Unidade Regional de Fortaleza.**

GRUPO 1		
QUANTIDADE DA DEMANDA Regional de Fortaleza		

Item		
Janelas	Unidade de Medida	QUANTIDADE
1°	m ²	2.29
2°	m ²	2.29
3°	m ²	3.21
4°	m ²	3.21
5°	m ²	3.21
QUANTIDADE TOTAL		14 m ²

QUANTIDADE DA DEMANDA Regional de Fortaleza

Item 5		
Janelas	Unidade de Medida	QUANTIDADE
1°	m ²	1.52
2°	m ²	1.51
QUANTIDADE TOTAL		3 m ²

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 140.229,47

8.1. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 140.229,47** (cento e quarenta mil e duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos).

8.1. Anexo II- 2 . Planilha de Valores Estimados.

Item		CATMAT	Unidade de medidas	Quantidade	Mediana	
					Valor unitário	Valor total
1		344760	Metros Quadrados	592 m²	R\$ 200,17	R\$ 118.500,64
2		462922	Metros Quadrados	64 m²	R\$ 184,25	R\$ 11.792,00
3		466989	Metros Quadrados	21 m²	R\$ 269,99	R\$ 5.669,79
Grupo 1	4	216565	Metros Quadrados	14 m²	R\$ 238,36	R\$ 3.337,04
	5	472830		3 m²	R\$ 310,00	R\$ 930,00
Custo Estimado Total					R\$ 140.229,47	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O presente processo refere-se à aquisição de persianas, permitindo a adjudicação por item nos itens 1, 2 e 3. Os itens 4 e 5 foram consolidados em um único grupo devido à sua conexão com a mesma solicitação e localidade, além de apresentarem quantidades reduzidas. Essa medida foi adotada com o propósito de prevenir a eventual ocorrência de resultados indesejados ou insatisfatórios nos itens 4 e 5. Portanto, a consolidação desses itens visa mitigar possíveis riscos associados à escassez de fornecedores para esses específicos itens.

9.2. Súmula TCU nº 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Considerando o processo SEI nº 50300.011870/2023-01, tendo em vista a vedação ao fracionamento de despesa, foi realizada a consulta às Gerências e Unidades Regionais, que previamente haviam sinalizado a necessidade de aquisição destas cortinas, por meio do qual solicitamos, e estamos apresentando como resultado (2044617), as especificações de tamanho, modelo e quantidade requeridas do objeto em questão. Muito agradecemos, dessa forma, a inclusão das referidas demandas nesta contratação global.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações abaixo;

11.1.1. Processo sei nº 50300.013984/2022-04.

11.1.2. Aprovação da inclusão no PCA 2023 - Aquisição de Persianas sei nº 1971187 .

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os servidores e colaboradores da ANTAQ passam muitas horas do dia dentro de salas, portanto é importante aquisição das persianas que **garantam momentos de conforto e a luminosidade necessária para a execução das tarefas.**

12.2. Bem como benefícios a seguir;

12.2.1. Proteção solar e controle de luminosidade.

12.2.2. Acumular menos poeira que as cortinas de tecido, sua limpeza é mais rápida e prática e barrar a luz solar sem deixar o local totalmente escuro.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Designar fiscal responsável pelo recebimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas da Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo;

14.1.1. Economia de energia;

14.1.2. Economia de materiais plásticos e descartáveis;

14.1.3. Economia de água; e

14.1.4. Descartes correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentro outros semelhantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUGO DELLEON MIRANDA

COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS



Assinou eletronicamente em 05/03/2024 às 15:38:15.

ALEXANDRE ALVES DE SANTANA

Analista Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. Planilha de Janelas e Dimensões.xlsx (25.29 KB)
- Anexo II - 2. Planilha de Valores Estimados .xlsx (24.59 KB)

Anexo III - Modelo de Orcamento .pdf



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

MODELO DE PROPOSTA

(LOGOTIPO DA EMPRESA)

Processo nº 50300.010991/2023-27

Identificação			
Razão Social			
	CNPJ:		
Endereço			
	Nº	UF	CEP
Telefone	()		
e-mail			
Representante Legal	Nome	RG	

Dados Bancários		
(Obs.: Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.)		
Banco/Nome por extenso	Agência	Conta-Corrente



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PERSIANAS/CORTINAS						
Item		CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário m²	Valor Total m²
1		390248	m²	592	R\$	R\$
2		462922	m²	64	R\$	R\$
3		466989	m²	21	R\$	R\$
Grupo 1	4	216565	m²	14	R\$	R\$
	5	472830	m²	3	R\$	R\$



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

DECLARAÇÕES:

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal, com nome completo